



**Inserção Curricular da Extensão e as Perspectivas para Emancipação de Mulheres  
Campesinas no Instituto Federal Baiano**

*Curricular Integration of Extension end Perspectives for the Emancipation of Peasant Women in  
the Instituto Federal Baiano*

Junio Batista Custodio  
Grace Itana Cruz de Oliveira  
**Instituto Federal Baiano (IFBA)**  
Bom Jesus da Lapa-BA - Brasil

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo refletir sobre como a inserção curricular da extensão, no contexto do Instituto Federal Baiano, pode fortalecer práticas educacionais comprometidas com os direitos humanos e com a emancipação de mulheres campesinas. A pesquisa qualitativa analisa como ações extensionistas vêm sendo integradas ao currículo do curso de Engenharia Agrônoma, com foco em iniciativas voltadas a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Articulando os princípios da extensão, a memória das lutas femininas no campo e a educação em direitos humanos, o estudo discute desdobramentos pedagógicos e sociais. Os resultados indicam que a extensão curricularizada, pautada no diálogo de saberes, escuta sensível e valorização das identidades territoriais e de gênero, constitui ferramenta potente de transformação social e fortalecimento da cidadania.

**Palavras-chave:** Curricularização da extensão; Educação em Direitos Humanos; Mulheres campesinas.

**Abstract**

This article aims to reflect on how the curricular integration of extension activities, within the context of the Instituto Federal Baiano, can strengthen educational practices committed to human rights and the emancipation of peasant women. This qualitative research analyzes how extension actions have been incorporated into the Agronomic Engineering curriculum, with a focus on initiatives directed at women in socially vulnerable situations. By articulating the principles of university extension, the historical memory of women's struggles in rural areas, and human rights education, the study discusses pedagogical and social developments. The results indicate that curricularized extension, grounded in dialogue of knowledge, sensitive listening, and the appreciation of territorial and gender identities, constitutes a powerful tool for social transformation and the strengthening of citizenship.

**Keywords:** Curricularization of extension; Human rights education; Rural women.

## **Situando a Inserção Curricular da Extensão nos Institutos Federais: Notas Introdutórias**

A inserção curricular da extensão na Educação Superior Brasileira, instituída no campo normativo pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) representa uma inflexão importante nas políticas de educação superior no Brasil, abarcando tanto Universidades quanto Institutos Federais de Educação. Ao estabelecer que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação deve ser destinada a atividades de extensão, essa orientação normativa traz como perspectiva fortalecer os vínculos entre as instituições de ensino e a sociedade, sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas no campo da cultura, da educação, da saúde, do trabalho e das relações étnico-raciais e de gênero.

No contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, essa exigência traz consigo contornos ainda mais significativos, dado seu compromisso com a formação integral, a inclusão social e o desenvolvimento territorial das regiões de abrangência. No Instituto Federal Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, a implementação da inserção curricular da extensão tem sido pautada por ações voltadas à promoção dos direitos humanos de grupos vulnerabilizados, com destaque para mulheres camponesas que residem em comunidades que integram o Território de Identidade Velho Chico.

Sabe-se que historicamente, devido às marcas do patriarcado, machismo e racismo, as mulheres enfrentam condições desiguais de ser e estar no mundo. Somando-se a isso, as disparidades acentuadas pelas desigualdades econômicas e ausências de políticas públicas voltadas para o meio rural acentuam as vulnerabilidades a que as mulheres camponesas são submetidas.

Nesse cenário, a Educação Superior por meio da extensão curricularizada emerge como espaço de escuta e troca, com potencial para alargamento de possibilidades, protagonismo e transformação social.

É nessa perspectiva que a presente pesquisa, como um dos eixos de um estudo mais amplo conduzido no âmbito do Programa de Doutorado em Direitos Humanos da Universidade de Brasília<sup>i</sup>, parte da hipótese de que, quando articulada com os princípios da extensão universitária estabelecidos pelo FORPROEX – como a interação dialógica, a indissociabilidade, a interdisciplinaridade, a interprofissionalidade, e o impacto na

transformação social e na formação do estudante – a inserção curricular da extensão oportuniza processos educativos emancipatórios e sensibilizadores. Neste contexto, é que os estudos se entrecruzam com as perspectivas da educação em Direitos Humanos, cujos pressupostos também serão brevemente discutidos neste trabalho.

O objetivo geral deste artigo é analisar as ações de extensão que foram incorporadas ao currículo do curso superior em Engenharia Agrônômica do IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, identificando em que medida elas podem contribuir para a emancipação de mulheres camponesas e para a formação crítica dos estudantes envolvidos, na perspectiva da transformação social. Para tanto, são analisados documentos institucionais e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Além disso, o estudo se ancora em referenciais teóricos da Educação em e para Direitos Humanos, da extensão crítica e da pedagogia feminista.

A extensão crítica se contrapõe a uma perspectiva verticalizada e hierarquizada do fazer extensionista. Historicamente, a extensão universitária se afirmou como elitista, na qual a universidade era vista como centro privilegiado do saber e aqueles situados à sua margem eram considerados “grupos do não saber”, ou seja, “contingentes populacionais historicamente alijados do acesso ao conhecimento produzido no ambiente acadêmico.” (Ferreira, 2024, p. 13).

Dessa forma, a extensão crítica ancora-se nos pressupostos estabelecidos pelo Forproex (2012) e por Paiva (2017 *apud* Ferreira, 2024), sustentando-se nos preceitos da interação dialógica, intersetorialidade, interdisciplinaridade, indissociabilidade, interprofissionalidade, bem como nos impactos voltados à transformação social e à formação do estudante, rompendo com a lógica de objetificação do ser social.

Nesse sentido, a extensão universitária precisa aproximar-se da pedagogia feminista e se opor ao processo de objetificação das mulheres. A pedagogia feminista ao pensar a desconstrução do preconceito de gênero nos currículos e na pedagogia, possibilita uma reflexão crítica sobre a dominação masculina, a constituição histórica do conceito e da representação de família e a divisão sexual do trabalho. O campo epistemológico sustentado nos pensamentos e na teoria feminista estimula o pensamento crítico e a escrita sobre a experiência das mulheres. Para bell hooks (2024), o movimento da pedagogia feminista precisa estar aliado às questões de raça e classe como vetores de transformação que extrapolem o âmbito universitário e alcancem o movimento feminista de massa.

O compromisso da pedagogia feminista de massa com a democratização do feminismo para homens e mulheres é fundamental para entendermos a dominação masculina, como esse sistema explorador e opressor se constitui e de que forma pode ser transformado. (hooks, 2024).

Do ponto de vista da organização textual, a fim de facilitar a compreensão dos leitores, o artigo se inicia com a contextualização da inserção curricular da extensão e seus desafios. Em seguida, aborda a interface entre Direitos Humanos e gênero na perspectiva de um resgate histórico da luta de mulheres camponesas. Logo após, são apresentados os procedimentos metodológicos de análise documental e, posteriormente, os principais achados da pesquisa. Por fim, são discutidas as implicações dessas práticas extensionistas para a construção de um projeto educativo comprometido com a justiça social, a equidade de gênero e o desenvolvimento territorial, tendo a inserção curricular como um dos eixos da transformação, articulado ao ensino e à pesquisa.

### **Inserção Curricular da Extensão: Fundamentos, Diretrizes e Desafios no IF Baiano**

A inserção curricular da extensão, no cenário atual da educação superior, constitui um avanço importante na reconfiguração da formação acadêmica nos cursos de graduação, conforme estabelece a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Tal instrumento normativo consagra a extensão como elemento estruturante da formação universitária, ao buscar integrar o saber acadêmico às demandas sociais concretas por meio de processos educativos, culturais e científicos.

Assim, retira-se a extensão de uma posição marginalizada, na qual as perspectivas pedagógicas a trataram apenas como auxiliar. Ferreira (2024) ao realizar uma leitura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1968, destaca que a extensão universitária se constituiu ao longo da história como a prestação de serviço, associado à lógica assistencialista, desvinculada do processo de ensino e aprendizagem e da produção de conhecimento da Universidade.

Já Freitas e Cruz (2024), ao resgatarem aspectos históricos e ontológicos da extensão universitária, assinalam que esta assumiu diferentes conceitos e finalidades ao longo do tempo, influenciada pelos contextos social, político e econômico. Até meados da década de 1980, era frequentemente compreendida como sinônimo de prestação de serviços, marcada por uma tendência dominadora e verticalizada, uma vez que não havia qualquer preocupação

em ouvir a classe trabalhadora e compreender sua forma de vida. (Melo Neto, 2022, *apud* Freitas e Cruz, 2024).

A perspectiva crítica da extensão universitária, por sua vez, reafirma o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo a necessidade de superar práticas pontuais e desarticuladas em favor de ações orgânicas e contínuas.

Nos Institutos Federais de Educação, criados pela Lei 11.892/2008, essa tarefa assume contornos ainda mais desafiadores. De acordo com o Art. 2º da referida lei, essas instituições são especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas (Brasil, 2008). Além disso, o Art. 7º da mesma Lei determina que os Institutos Federais devem promover atividades de extensão articuladas ao mundo do trabalho e aos segmentos sociais do seu entorno, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A extensão então, como assinala o FORPROEX (2010), “é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”. Para Paiva (2018), “[...] a extensão — ao lado do ensino e da pesquisa — potencializa a Universidade no exercício da reflexão crítica da realidade, na produção de conhecimentos e práticas sociais com base no diálogo e no respeito à diversidade”. Essa concepção exige que a inserção curricular não seja meramente burocrática, mas, sim, fundamentada em princípios que valorizem a interação dialógica, a interdisciplinaridade, a indissociabilidade, a interprofissionalidade, o impacto formativo e a transformação social.

No âmbito do Instituto Federal Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, esse movimento de inserção curricular da extensão vem se consolidando de forma gradativa. A inserção de componentes extensionistas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e o redimensionamento das ações já em curso têm sido estratégias fundamentais. Documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2025) e a Resolução CONSUP nº 46/2019, que regulamenta a extensão no IF Baiano, oferecem respaldo normativo e metodológico à implementação dessas diretrizes.

Contudo, os desafios ainda são expressivos: as incertezas relacionadas à adoção de metodologias participativas, a ausência de formação continuada em extensão crítica e educação popular, a escassez de recursos para planejamento e execução das ações e a

fragilidade dos mecanismos de avaliação, que muitas vezes se restringem a indicadores quantitativos. Soma-se a isso a urgência em incorporar indicadores qualitativos capazes de captar os efeitos reais da extensão na vida dos sujeitos e comunidades envolvidos nas ações.

Ao discutir os desafios de implementação da extensão universitária, Figueiredo e Monteiro (2024, p.45) destacam:

I - Conceber uma Extensão que se coadune com os planos de desenvolvimento institucional, projetos políticos institucionais, e os projetos políticos pedagógicos dos cursos; [...] iii - Aprofundar o caráter interdisciplinar da Extensão, verificando as possibilidades de interação e execução com áreas afins. [...] V - Identificar na sociedade demandas que podem ser associadas às possibilidades de oferta de atividades de Extensão, articulando os interesses.

Apesar dessas dificuldades de ordem institucional e até mesmo cultural, a inserção curricular da extensão tem possibilitado práticas pedagógicas mais sensíveis às realidades territoriais, permitindo o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, especialmente em comunidades vulnerabilizadas. No caso das mulheres trabalhadoras camponesas, as ações extensionistas curricularizadas têm se mostrado instrumentos singulares de promoção dos Direitos Humanos e de emancipação social, como evidenciado nos dados preliminares deste estudo (conforme relatórios de projetos no período de 2018–2024, disponibilizados no site da instituição).

Nesse contexto, os princípios orientadores da Política Nacional de Extensão — sistematizados pelo FORPROEX (2012) — têm se mostrado fundamentais para orientar o processo de inserção curricular da extensão no IF Baiano. Conforme sintetiza o quadro abaixo, esses princípios direcionam o fazer extensionista na perspectiva da co-produção de saberes, da superação das fronteiras disciplinares e da transformação das condições de vida dos sujeitos historicamente marginalizados:

**Quadro 1:** Princípios da Extensão Universitária

PRINCÍPIOS	FUNDAMENTOS
<b>Interação Dialógica</b>	Promove uma aliança entre a universidade e a sociedade, focando na co-produção de novos conhecimentos que combatem a desigualdade e exclusão social. Essa relação é bidirecional.
<b>Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade</b>	Combina especialização com uma visão holística da complexidade social, integrando conceitos e metodologias de várias disciplinas e promovendo alianças intersetoriais.
<b>Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão</b>	Reafirma a extensão universitária como parte fundamental do processo acadêmico, sustentada por metodologias participativas e investigação-ação.
<b>Impacto na Formação do Estudante</b>	As atividades de extensão enriquecem a formação do estudante, ampliando sua visão e seu compromisso ético. O perfil profissional também é ressignificado.

PRINCÍPIOS	FUNDAMENTOS
<b>Impacto na Transformação Social</b>	A extensão universitária conecta a universidade com a sociedade para promover transformações sociais significativas e desenvolvimento regional, combatendo a mercantilização da educação.

**Fonte:** os autores, com base em estudo documental, 2025.

Como destacam Pacievitch e Eyng (2024), em um contexto de desigualdade social, ações extensionistas que promovem a aproximação entre a universidade e as comunidades circundantes podem gerar trocas de conhecimentos, possibilitando um aprendizado mútuo. Ainda segundo os autores, nas diversas áreas do conhecimento, essa interação entre academia e comunidade é influenciada por questões relacionadas aos Direitos Humanos, pois envolve pessoas ou grupos que, de maneira geral, estão envolvidos em agendas vinculadas às lutas sociais.

Dessa forma, a inserção curricular da extensão no IF Baiano deve ser compreendida como um processo contínuo de ressignificação do papel da instituição no território, valorizando as práticas que emergem do diálogo com sujeitos historicamente excluídos e contribuindo para a consolidação de uma formação integral, cidadã e transformadora.

### **Educação em Direitos Humanos e Gênero no Campo: Identidade, Resistência e Extensão Transformadora**

A Educação em Direitos Humanos (EDH), quando sedimentada em uma perspectiva crítica, emancipatória e democrática, configura-se como uma estratégia para a transformação social. Essa perspectiva educacional deve considerar o contexto territorial, a interseccionalidade entre gênero, classe e raça, bem como as experiências concretas das pessoas envolvidas.

No cenário campesino, a EDH ganha contornos específicos ao se deparar com realidades marcadas por desigualdades históricas e exclusões múltiplas, exigindo das instituições formativas práticas pedagógicas que reconheçam a diferença como elemento constitutivo da igualdade e promovam o fortalecimento do protagonismo feminino.

Segundo Piovesan (2006), os direitos humanos devem ser compreendidos não como normas abstratas e universais, mas como construções históricas que emergem das lutas sociais (*apud* Escrivão Filho; Sousa Jr., 2016). Tal compreensão implica conceber que a EDH no campo não pode ignorar os saberes locais nem tampouco desconsiderar os processos

históricos de resistência das mulheres rurais. Invisibilizadas pelo patriarcado e pelo capitalismo, essas mulheres enfrentam a dupla jornada de trabalho, a exclusão dos espaços decisórios e a negação de sua contribuição à economia agrícola e à vida comunitária.

A trajetória de luta das mulheres camponesas é marcada por práticas de resistência, muitas vezes anônimas e coletivas, como destaca Silva (2021). Desde a Antiguidade até os movimentos contemporâneos, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a construção da identidade “mulheres camponesas” emerge como estratégia política de afirmação de direitos e enfrentamento das opressões. Essa identidade não é essencialista ou estática; ao contrário, conforme argumenta Butler (2003), trata-se de uma construção performativa e contestada, que ganha sentido nas práticas e nas disputas políticas que a sustentam.

A leitura de autoras como Salvaro, Lago e Wolff (2013) contribui para entender essa identidade como uma política ativa, que busca visibilidade, reconhecimento e unificação das lutas das mulheres rurais. O Feminismo Camponês Popular, que se fortalece a partir dos anos 2000, representa essa articulação entre identidade coletiva e ação transformadora, resgatando o cotidiano das mulheres do campo como espaço legítimo de produção de saber e de resistência política.

É nesse cenário que a prática extensionista da universidade e dos institutos federais, especialmente aquela pautada na extensão crítica, torna-se ainda mais relevante. Conforme as Diretrizes do FORPROEX (2012), a extensão deve promover impacto social a partir da construção coletiva do conhecimento, da interdisciplinaridade e da valorização das culturas locais.

Quando articulada à EDH e às lutas de gênero no campo, a extensão deixa de ser um instrumento de prestação de serviços para se consolidar em um espaço de intercâmbio dialógico entre saberes acadêmicos e populares, promovendo a construção de alternativas emancipatórias e valorizando a alteridade. Essa inclusão da alteridade enriquece o processo, reconhecendo e respeitando as experiências e perspectivas diversas das comunidades, o que fortalece a colaboração e a criação de conhecimento, aproximando da perspectiva da educação popular.

Para Freire (1987, p. 39), “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” Assim, a escuta ativa e o respeito aos saberes das mulheres do campo tornam-se condições



imprescindíveis para uma educação libertadora, na qual elas se reconheçam como sujeitos históricos produtores de saberes e capazes de transformar a própria realidade.

Carbonari (2010, p. 7) defende que a EDH deve ser mediação fundamental para a promoção da humanização das pessoas, comprometida com a formação de sujeitos de direitos. Para ele:

Este tipo de educação está desafiado a: promover a diversidade, denunciar todas as formas de violação, viabilizar a solidariedade com (e entre) os mais fracos e as vítimas, incidir na organização e na luta por justiça, contribuir para realizar a paz e a boa convivência, enfim, abrir espaço e tempo oportunos para que cada pessoa seja, com as outras, mais feliz.

No campo, essa pedagogia se mostra singular para confrontar o patriarcado, o racismo estrutural e as desigualdades econômicas que atingem, de forma mais intensa, as mulheres.

A sistematização de experiências no interior do Brasil, como no trabalho de Andreia Soveral (2014), demonstra que práticas de EDH na educação básica auxiliam crianças e jovens a reconhecerem as diferenças socioculturais de suas comunidades e a afirmarem-se como sujeitos de direitos. Já Carbonari (2024, p. 23 e 24) reforça a importância da ação dialógica, destacando que ela “[...] viabiliza a coerência, a consistência e a permanência de relações humanizadas e humanizadoras. A autenticidade fortalece o diálogo como processo permanente, práxis.”

Neste cenário emblemático, compreender as demandas históricas das mulheres do campo exige dos pesquisadores um esforço integrado entre instituições de educação superior, escolas da educação básica e movimentos sociais. A Educação em Direitos Humanos, quando articulada à prática extensionista crítica e ao reconhecimento da identidade política das mulheres camponesas, contribui para a efetivação de um modelo de sociedade fundamentado na justiça de gênero, na democracia participativa e na valorização das lutas do campo como lutas por direitos humanos.

### **Metodologia**

A presente pesquisa é um recorte de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília. Assim, se estrutura enquanto uma abordagem qualitativa, de natureza documental e interpretativa, com foco na análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) reformulado de Bacharelado em Engenharia Agrônoma do Instituto Federal Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*. A escolha desse documento como corpus de análise justifica-se por sua recente reformulação (finalizada em 2025) e por conter

diretrizes atualizadas acerca da inserção curricular da extensão, incluindo ações voltadas à promoção dos direitos de mulheres em contextos rurais.

A análise concentrou-se nas seções do PPC que discutem a concepção de currículo, estratégias de integração curricular, estratégias de inserção curricular da extensão e ementas das Práticas Curriculares de Extensão (PCEs I, II e III). O objetivo foi identificar em que medida a extensão universitária, inserida formalmente na matriz curricular, contempla dimensões de gênero, território e direitos humanos, com foco nas mulheres camponesas.

Para reforçar a análise, também foram considerados os marcos legais institucionais que orientaram a reformulação do PPC: a Resolução CNE/CES nº 7/2018, a Resolução 145/2021/CONSUP/IF Baiano, a Instrução Normativa 52/2021 e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021–2025 do IF Baiano. Tais documentos orientam diretamente o processo de inserção curricular da extensão, do ponto de vista normativo e teórico-metodológico.

A análise dos dados foi orientada pelos princípios da extensão universitária definidos pelo FORPROEX (2012): interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, impacto na formação do estudante, impacto na transformação social e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esses princípios foram utilizados como categorias analíticas para avaliar a presença e a efetividade das ações previstas/desenvolvidas.

### **Fundamentos Normativos e metodologias da Inserção Curricular da Extensão no IF Baiano**

A inserção curricular da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) é um processo que vem se sedimentando com base na legislação nacional e em normativas institucionais específicas. Em âmbito federal, destaca-se a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que regulamenta a inclusão obrigatória de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão, conforme previsto na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Esta diretriz tem como premissa articular o ensino superior com a sociedade por meio de ações dialógicas e transformadoras, possibilitando a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Internamente, o IF Baiano regulamentou a inserção curricular da extensão por meio da Resolução 145/2021 do Conselho Superior (CONSUP) e da Instrução Normativa 52/2021, que orientam os cursos a inserirem a extensão tanto como componente curricular específico quanto não específico. Tais normativas definiram critérios de avaliação, metodologias, e exigem que 10% da carga horária total dos cursos seja dedicada à extensão, com

acompanhamento sistemático pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e articulação com a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), bem como dos órgãos internos do próprio *campus*, responsáveis pela articulação do ensino com a extensão.

A metodologia de inserção curricular adotada pelo IF Baiano considera a participação ativa do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do colegiado dos cursos na proposição das ações de extensão, que devem ser integradas à matriz curricular como componentes obrigatórios. As atividades de extensão podem ser estruturadas como programas ou projetos vinculados a linhas temáticas institucionais e orientadas para a transformação social.

Neste viés, as atividades são classificadas em dois grupos: componentes curriculares com conteúdos específicos de extensão (denominados Práticas Curriculares de Extensão - PCEs) e componentes curriculares com conteúdos não específicos, mas com parte de sua carga horária dedicada à extensão em componentes do núcleo técnico do curso. Cada PCE deve ter, no mínimo, 60 horas e ser registrado no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) para controle e avaliação institucional. Tal sistema é a ferramenta que o IF Baiano utiliza para assegurar cadastro, registro e acompanhamento das ações de extensão.

A avaliação das atividades extensionistas, por sua vez, envolve critérios qualitativos, considerando relatórios, artigos, seminários e portfólios apresentados pelos discentes, sempre sob supervisão docente, aqui entendido como o coordenador do projeto. O SUAP serve também como ferramenta de documentação e acompanhamento dessas atividades, garantindo transparência e controle pedagógico.

### **A Experiência do Curso de Engenharia Agrônoma no *Campus Bom Jesus da Lapa***

No curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma do IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, a inserção curricular da extensão foi implementada de forma híbrida, conforme previsto pela Instrução Normativa 52/2021. A matriz curricular contempla 430 horas de atividades extensionistas, distribuídas entre três componentes curriculares específicos — Práticas Curriculares de Extensão I, II e III —, e em disciplinas regulares, nas quais um percentual da carga horária é dedicada à extensão.

As Práticas Curriculares de Extensão (PCEs) são ofertadas nos 3º, 6º e 8º semestres, considerando que o curso possui, ao todo, 10 semestres. Cada uma dessas unidades curriculares possui ementa própria, com foco em atividades interdisciplinares, diagnóstico de demandas sociais, elaboração de projetos de intervenção e execução de ações extensionistas

com a comunidade. Estas PCEs totalizam uma parte significativa da carga horária de extensão, e são estruturadas com base em metodologias ativas, desenvolvidas em parceria com instituições e grupos locais.

Complementarmente, diversas disciplinas obrigatórias do curso integram atividades de extensão em sua carga horária. Essa abordagem não específica ocorre em componentes como “Agroecologia”, “Extensão Rural”, “Sociologia Rural” e “Educação Ambiental”, entre outros. Nesses casos, os docentes deverão planejar, executar e avaliar atividades extensionistas como parte do conteúdo e da metodologia de ensino, proporcionando a integração entre o saber acadêmico e os saberes populares e comunitários.

Essa estratégia de distribuição mista atende ao requisito legal de 10% da carga horária total (4.160 horas) do curso dedicada à extensão, promovendo o engajamento contínuo dos estudantes em ações de impacto social e de articulação com o território de Identidade do Velho Chico, região semiárida onde o *campus* está inserido.

As PCEs são descritas como atividades com "ênfase na intervenção em territórios sociais rurais por meio de ações que promovam o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares" (PPC, p. 181). Segundo o documento, tais componentes têm como objetivo "estimular o protagonismo estudantil na resolução de problemas sociais concretos" e devem, obrigatoriamente, envolver populações em situação de vulnerabilidade, a exemplo de agricultoras familiares, mulheres quilombolas, assentadas da reforma agrária e ribeirinhas (PPC, p. 184).

A ementa da disciplina Sociologia Rural (AGR007BJL), ofertada no terceiro semestre, incorpora carga horária de extensão (20h) e propõe discussões sobre "a diversidade das identidades sociais, étnicas e de gênero no campo brasileiro", abordando especificamente temas como agricultura familiar, movimentos sociais, gênero e etnicidade no meio rural (PPC, p. 233). A proposta pedagógica indica que tais discussões deverão culminar em ações práticas junto a comunidades camponesas, reforçando a interdependência entre teoria e prática.

No campo metodológico, a seção 8.3.1 do PPC define que a extensão será realizada por meio de "projetos, eventos, cursos, oficinas, visitas técnicas, prestação de serviços e assessorias", planejados em diálogo com a comunidade externa (PPC, p. 188). A ênfase é colocada sobre o desenvolvimento de "ações com grande pertinência social", devendo tais ações promover "a democratização do conhecimento científico e da própria instituição" (PPC, p. 185).

Além disso, o documento enaltece explicitamente o papel da extensão na formação cidadã ao destacar que "a curricularização da extensão contribui para o desenvolvimento de competências críticas e para o fortalecimento da consciência social dos futuros engenheiros agrônomos" (PPC, p. 183). Essa afirmação reitera o entendimento de que a formação técnica e científica deve estar articulada à dimensão ética e política da educação.

Apesar desses avanços, a análise evidencia também lacunas importantes. Não há, por exemplo, menção específica a projetos contínuos voltados exclusivamente às mulheres camponesas, o que indica a necessidade de maior intencionalidade no planejamento das ações. Embora o documento aponte que a diversidade de gênero, étnico-racial e cultural deva ser considerada, a transversalidade de gênero ainda aparece de modo genérico, diluída em diretrizes mais amplas (PPC, p. 186). Além disso, percebe-se que ao definir ementas e propostas voltadas aos interesses da instituição, corre-se o risco de colocar em segundo plano os saberes, interesses e necessidades das mulheres envolvidas, contrariando os princípios da extensão crítica e da pedagogia feminista.

Para hooks 2024 “[...] a teoria feminista tinha como principal objetivo explicar para mulheres e homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo.” (p.42) Ainda segundo a autora, “o movimento feminista criou uma revolução quando exigiu respeito pelo trabalho acadêmico de mulheres, reconhecimento desse trabalho do passado e do presente e o fim dos preconceitos de gênero em currículos e na pedagogia.” (p.43)

A disciplina Construções e Instalações Rurais (AGR018BJL) menciona que os alunos deverão ser "protagonistas de ações extensionistas como cursos e eventos que integrem produtores, técnicos e comunidades rurais" (PPC, p. 237), o que abre espaço para práticas orientadas à inclusão produtiva de mulheres do campo. A efetivação dessa proposta dependerá da sensibilização dos envolvidos quanto às demandas específicas desses grupos sociais. Contudo, observa-se que a condução dessas práticas precisa considerar questões de gênero e extrapolar a ideia de prestação de serviços e oferta de cursos.

Em linhas gerais, a estrutura do PPC permite inferir que o curso de Engenharia Agrônoma está alinhado às diretrizes da inserção curricular da extensão e oferece subsídios normativos e pedagógicos para o desenvolvimento de ações emancipatórias com mulheres camponesas. No entanto, a transformação dessa previsão legal em prática pedagógica efetiva

dependerá do engajamento dos sujeitos envolvidos, observados os princípios basilares da extensão crítica e popular.

Assim, para materializar com profundidade os princípios da extensão crítica e da educação em direitos humanos, as instâncias fomentadoras da extensão, em diálogo com o colegiado do curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) precisam debater continuamente possibilidades de articulação de ações de extensão que fortaleçam a priorização de temas ligados à equidade de gênero, por meio de editais específicos, parcerias com movimentos populares, associações, organizações não governamentais, núcleos ligados às discussões de gênero e diversidade, dentre outros.

### **Considerações Finais**

A inserção curricular da extensão, quando integrada de forma articulada e crítica ao projeto pedagógico dos cursos superiores, representa uma estratégia singular para a promoção de direitos humanos e para o enfrentamento das desigualdades sociais, de gênero e territoriais. No contexto do curso de Engenharia Agrônoma do IF Baiano – *Campus Bom Jesus da Lapa*, a recente reformulação do PPC demonstrou um esforço institucional em alinhar a formação acadêmica aos princípios da extensão universitária, com destaque para a valorização de saberes populares e o compromisso com comunidades do campo.

Os resultados da análise documental indicam que a inclusão de componentes específicos de Práticas Curriculares de Extensão, bem como a previsão de atuação em territórios rurais com enfoque na diversidade, representa avanços significativos. No entanto, a ausência de ações permanentes voltadas exclusivamente às mulheres camponesas aponta para a necessidade de maior intencionalidade na formulação e execução dos projetos, garantindo que a transversalidade de gênero não se restrinja ao plano formal.

É fundamental que a inserção curricular da extensão seja acompanhada de processos formativos para docentes, incentivos institucionais e mecanismos de avaliação que considerem o impacto social das ações. Do mesmo modo, torna-se salutar o fortalecimento do diálogo com os movimentos sociais do campo e com as próprias mulheres agricultoras, garantindo que suas vozes, demandas e saberes sejam efetivamente incorporados na construção do conhecimento.

Como desdobramento desta pesquisa, as próximas etapas serão aprofundadas por meio de entrevistas com estudantes e mulheres participantes das ações extensionistas, de modo a captar percepções, sentidos e transformações vivenciadas. Espera-se que esta

reflexão contribua para o fortalecimento de práticas pedagógicas emancipatórias nos Institutos Federais e para o fortalecimento da extensão como dimensão indissociável da formação superior que se queira crítica, cidadã e democrática.

### Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014–2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em:

<http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf>.

Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cnes-2018>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação e dá outras providências. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). em: 15 abr. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos Humanos: sugestões pedagógicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

CARBONARI, Paulo César. **Educação em direitos humanos: elementos metodológicos e didáticos**. Passo Fundo: Saluz, 2024.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio; SOUSA JUNIOR, José Geraldo. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

FERREIRA, Olgamir; GERALDES, Elen Cristina; SOUSA, Janara. **Extensão Universitária e Direitos Humanos no Brasil: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Habitus, 2024.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta; MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. Aspectos históricos da Extensão Universitárias e os desafios da curricularização. In: FERREIRA, Olgamir; GERALDES, Elen Cristina; SOUSA, Janara. **Extensão Universitária e Direitos Humanos no Brasil: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Habitus, 2024. P. 37-47.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Brasília: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FREITAS, Aline Zorzi Schultheis de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão Universitária: aspectos históricos e ontológicos. In: FERREIRA, Olgamir; GERALDES, Elen Cristina; SOUSA, Janara. **Extensão Universitária e Direitos Humanos no Brasil: desafios e perspectivas**. Florianópolis: Habitus, 2024. P. 49-67.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 26.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Projeto pedagógico do curso**: Bacharelado em Engenharia Agrônômica – Campus Bom Jesus da Lapa. Bom Jesus da Lapa: IF Baiano, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução nº 46, de 29 de julho de 2019**. Regulamento das Atividades de Extensão do IF Baiano. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wpcontent/uploads/2019/09/Resolu%C3%A7ao-46.pdf>. Acesso em: 5 de mar. de 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Cartilha da curricularização da extensão**. IF Baiano: IF Baiano, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao>. Acesso em: 4 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Conselho Superior. **Resolução nº 145, de 19 de julho de 2021**: aprova o Regulamento da Curricularização da Extensão nos cursos do IF Baiano. Bom Jesus da Lapa: IF Baiano, 2021. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2021/08/Resolucao-145.2021-com-anexo..pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Gabinete da Reitoria. **Instrução Normativa nº 52, de 9 de setembro de 2021**: estabelece diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos superiores de graduação do IF Baiano. Bom Jesus da Lapa: IF Baiano, 2021. Disponível em: [https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/09/Instrucao-Normativa-52.2021-RET-GAB.RET\\_.IFBAIANO-de-09.09.2021.pdf](https://ifbaiano.edu.br/portal/extensao/wp-content/uploads/sites/4/2021/09/Instrucao-Normativa-52.2021-RET-GAB.RET_.IFBAIANO-de-09.09.2021.pdf). Acesso em: 4 maio 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/pdi/> Acesso em: 5 de mar. de 2025.

PACIEVITCH, Thais.; EYNG, Ana Maria. Direitos Humanos na Extensão Universitária: Ações com Potencial de Inovação Social. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 18, n. 53, p. 388–416, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.12032597. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4502>. Acesso em: 25 ago. 2024.

PAIVA, Olgamir Amancia Ferreira. Extensão Universitária, Ciência e Vida. **Darcy**, v. 20, p. 7-7, 2018.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 10-20, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nsBMhtnCXPpP53t6kkrjh9L/>. Acesso em: 4 maio 2025.

SILVA, Marlene Araújo da. O Movimento de Mulheres Camponesas – MMC: uma trajetória de resistência e organização das mulheres do campo. **Revista Retratos da Escola**, v. 15, n. 38, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1126>. Acesso em: 3 maio 2025.

SOVERAL, Andreia. Educação para a diversidade sociocultural. In: CARBONARI, Paulo César et al. (Orgs.). **Educação em direitos humanos**: sistematização de práticas de educação básica. Passo Fundo: IFIBE, 2014. p. 49-56.



## Nota

---

<sup>i</sup> Trata-se de um recorte de um estudo mais amplo que está sendo desenhado no âmbito do Grupo de Pesquisa Insurgências: Laboratório de Investigações em extensão e Direitos Humanos do programa de doutoramento em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília.

## Sobre os Autores

### **Junio Batista Custodio**

Doutorando em Direitos Humanos (UnB). É mestre em Educação de Jovens e Adultos (UNEB). Graduado em Pedagogia, Letras e Direito. Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa. E-mail: [junio.batista@ifbaiano.edu.br](mailto:junio.batista@ifbaiano.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3234-656X>.

### **Grace Itana Cruz de Oliveira**

É mestra em Educação de Jovens e Adultos (UNEB). Graduada em Pedagogia e em Letras. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Baiano – Campus Bom Jesus da Lapa. E-mail: [grace.oliveira@ifbaiano.edu.br](mailto:grace.oliveira@ifbaiano.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0189-4558>.

Recebido em: 24/08/2025

Aceito para publicação em: 22/09/2025